ENTRELUGAR

# GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURAIS E O NEOCOLONIALISMO NA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA MOÇAMBIQUE

# GLOBALIZATION OF EXTRATIVIST CAPITALISM, NATURAL RESOURCES AND NEOCOLONIALISM IN AFRICA: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR MOZAMBIQUE

# GLOBALIZACIÓN DEL CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURALES Y EL NEOCOLONIALISMO EN ÁFRICA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA MOZAMBIQUE

**Lucas Atanásio Catsossa**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados –Brasil. Docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè –Chimoio, Moçambique. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA.

E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

*«A geografia mundial sofrerá importantes mudanças, mantendo, entretanto, a estrutura moderno-colonial».*

**Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006)**

*«A África é uma ilustração perfeita do neocolonialismo, suas terras são ricas, mas sua gente é pobre. Sua riqueza beneficia não as pessoas, mas um grupo de indivíduos tanto interna (colaboradores) quanto internas (colonialistas)».*

**Nkwame Nkrumah**

*«[...] nos colonizaram por causa dos nossos recursos [naturais]. Enquanto colonizadores, descobriram que não poderiam viver sem eles. É por isso que fazem todos os esforços para não permitir que e fetivamente nos libertemos».*

**Armando Guebuza, ex-presidente de Moçambique**

*«Vieram nos aldrabar para ficar com aquilo que é nosso [...]. O que vi, é que o povo moçambicano vai entregando [...] os seus recursos [naturais] para ir ao céu que não existe. [...]. Ficam-te com a terra e tu vais para o céu?»*

**Paulina Chiziane, escritora moçambicana**

*«Nós vimos essa gente desde o princípio. Primeiro partilharam a África na Conferência de Berlim. Vocês sempre foram inimigos da nossa Independência. Sempre quiseram os nossos recursos e nunca pediram por bem. Vêm aqui, pilham os nossos recursos e depois dizem que nós é que não somos civilizados».*

Extrato da música do rapper moçambicano, **Azagaia** intitulada *Emboscada* (*ft* Namaacha Special Choir).

**RESUMO**

O presente texto analisa o processo de expansão do capital extrativista na África e as contradições deste processo. Argumenta que a corrida por terras na África e por recursos naturais está a ocasionar a concentração de terras nas mãos do capital corporativo global. Como resultado deste processo, nota-se a expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras. Por traz do discurso desenvolvimentista e produtivista usado pelo capital corporativo no âmbito da sua territorialização na África, esconde as suas raízes coloniais. Critica a passividade das elites africanas perante a violência que os seus povos têm sofrido em seus próprios territórios em nome do progresso. Constata que a atual onda de recolonização da África pelo capitalismo global, em parte, é produto das ações das elites africanas e dos processos de governação desencadeados por elas. As disparidades das datas referentes aos períodos de proclamação das independências africanas, não significaram a quebra das amarras coloniais. Não significou, nem para um, nem para outro país africano, a ruptura definitiva com as práticas coloniais. Os povos africanos continuam a sofrer opressão em seus territórios e na maioria das vezes, as suas terras são concessionadas e entregues ao capital corporativo sem a sua autodeterminação. Mesmo diante de situações adversas a sua reprodução social, unidos pela causa da liberdade e autonomia, os povos africanos têm contestado a onda de saque da terra e dos recursos naturais e tal cenário, é notório em Moçambique.

**Palavras-Chave:** Neocolonialismo. Apropriação da terra e da natureza. Conflitos socioambientais. África; Moçambique.

**ABSTRACT**

This text analyzes the process of expansion of extrativist capital in Africa and the contradictions of this process. He argues that the race for land in Africa and for natural resources is causing the concentration of land in the hands of global corporate capital. As result of this process, there is the expropriation and expulsion of native peoples from their lands. Behind the developmental and productivist discourse used by corporate capital in the context of its territorialization in Africa, corporate capital hides its colonial roots. It criticizes the passivity of African elites in the face of the violence that their peoples have suffered in their own territories in the name of progress. Notes that the current wave of recolonization of Africa by global capitalism, in part, is a product of the actions of African elites and the governance processes triggered by them. The disparities in the dates referring to the periods of proclamation of African independence did not mean the breaking of colonial ties. It did not mean, for one or for another African country, the definitive break with colonial practices. African peoples continue to suffer oppression in their territories and most of the time their lands are concessioned and handed over to corporate capital without their self-determination. Even in the face of adverse situations to their social reproduction, united by the cause of freedom and autonomy, African peoples have contested the wave of plundering of land and natural resources and such a scenario is notorious in Mozambique.

**Keywords:** Neocolonialism. Appropriation of land and nature. Socio-environmental conflicts. Africa; Mozambique.

**RESUMEN**

El presente texto analiza el proceso de expansión del capital estrativista en África y las contradicciones de este proceso. Argumenta que la carrera por la tierra en África y por los recursos naturales está causando la concentración de la tierra en manos del capital corporativo global. Como resultado de este proceso, se produce la expropiación y expulsión de los pueblos nativos de sus tierras. Detrás del discurso de desarrollo y productivista utilizado por el capital corporativo en el contexto de su territorialización en África, el capital corporativo esconde sus raíces coloniales. Critica la pasividad de las élites africanas frente a la violencia que sus pueblos han sufrido en sus propios territorios en nombre del progreso. Constata que la ola actual de recolonización de África por el capitalismo global, en parte, es el producto de las acciones de las "élites" africanas y los procesos de gobernanza activados por ellas. Las disparidades en las fechas que se refieren a los períodos de proclamación de la independencia africana no significaron la ruptura de los lazos coloniales. No significó, ni para uno ni otro país africano, la ruptura definitiva con las prácticas coloniales. Los pueblos africanos continúan sufriendo la opresión en sus territorios y, la mayoría de las veces, sus tierras son concesionadas y entregadas al capital corporativo sin su autodeterminación. Mismo ante situaciones adversas para su reproducción social, unidas por la causa de la libertad y la autonomía, los pueblos africanos han impugnado la ola de saqueo de la tierra y los recursos naturales y este escenario es notorio en Mozambique.

**Palabras-Clave:** Neocolonialismo. Apropiación de la tierra y la naturaleza. Conflictos socioambientales. África; Mozambique.

## INTRODUÇÃO

O continente africano está a passar um momento histórico da sua transformação sócio-espacial, em resultado da expansão do capital financeiro corporativo que vai em busca dos recursos naturais e da terra para a sua exploração capitalista, e por esta via, garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. A África sempre esteve na onda do saque/roubo e pilhagem dos recursos naturais, e este processo data desde os primórdios da colonização europeia. Com a globalização (do capitalismo) neoliberal, o cenário tornou-se mais intenso, e ganha um novo ímpeto partir da primeira década do século XXI. Mesmo com este novo ímpeto, o saque/roubo dos recursos naturais na África foi sendo caracterizado pelo advento deconteúdostípicos da era colonial, sendo que alguns eles, apenas foram simplesmente recuperados, reeditados e modernizados pelo capital, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global.

Antes, considerado como um continente pobre e menos globalizado, a África passou a ser disputada pelos grupos corporativos globais, visando inseri-la na órbita da acumulação ampliada do capital. Além de possuir terras férteis para a produção agrícola, a África, é um dos continentes com grandes reservas de recursos naturais ainda por serem explorados, daí que o capital financeiro global vê a oportunidade para a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. em-se falado que a *África é a última fronteira do capitalismo*, pois, há um entendimento segundo o qual, existem ainda muitos recursos naturais por extrair, sejam eles do solo, subsolo e das águas interiores. Por causa da existência de enormes reservas de recursos naturais e quantidades de terras férteis, em pouco tempo, notou-se a emergência de uma nova (des)ordem territorial na África resultante do avanço massivo do capital financeiro corporativo.

De realçar que tal disputa, acontece num contexto em que mesmo surgem alertas feitas pela comunidade acadêmica e científica apontando que os combustíveis fósseis são os responsáveis pelas alterações climáticas no mundo. A partir de então, novos *arranjos espaço-temporais* foram sendo realizados, e em decorrência deste processo, verificou-se ao nível do continente africano, a emergência de *recortes espaciais*, os quais passaram a ser dominados e controlados pelo capital financeiro globalizado. Contraditoriamente, tais *recortes espaciais*, foram sendo realizados em territórios habitados pelos povos nativos, na sua maior parte, tradicionais e camponeses.

Tal processo, tem estado na origem da destruição das relações sociais e práticas preexistentes, do modo de vida geracional, e consequentemente, e desestruturação do tecido social na África, na medida em que emergem *espaços incompletos* caracterizados pela *territorialização precária* dos sujeitos, sobretudo, quando são expropriados e expulsos dos seus territórios pelo capital monopolista que busca a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, e temendo uma possível "rebelião das massas", os capitalistas estrangeiros, passaram a vender ideários na África, cuja legitimação só se tornou possível graças a conivência das elites africanas, atualmente no poder, algumas delas, com mentes coloniais e/ou escravocratas. Certas elites africanas passaram a trabalhar de mãos dadas com o imperialismo global, reproduzindo os ideários dos capitalistas que querem tramar o saque/roubo das riquezas africanas.

De mãos dadas com o imperialismo global que grande parte das elites africanas se insere na órbita da acumulação privada da riqueza, extraindo renda, mas de forma subordinada. Tais ideários apontam que em caso dos capitalistas estrangeiros verem os seus interesses efetivados, automaticamente, o bem-estar dos povos africanos está garantido. Segundo a ideologia desenvolvimentista, os povos africanos só poderão mudar da sua condição de vida caso deixem que os recursos naturais do solo, subsolo e das águas territoriais, presentes em seus territórios, sejam explorados e exportados para fora pelas corporações capitalistas globais. Outrossim, a ideologia desenvolvimentista aponta que se os capitalistas estrangeiros forem permitidos a entrar para explorarem as terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado global, estes poderão acabar com a fome e desnutrição.

Por meio destes ideários, os governantes africanos, vendo-se fracassados em garantir a dignidade aos seus povos, avançam em concessionar extensas áreas de terras, sendo que depois, são entregues aos capitalistas estrangeiros. Neste processo, grandes reservas de recursos naturais do solo (florestais), do subsolo (carvão mineral, areias pesadas, grafite, ouro, diamante, minério de ferro, rubi, turmalinas, etc.) e das águas territoriais (gás e petróleo), são simplesmente entregues aos capitalistas estrangeiros para a sua exploração capitalista. Ambos os recursos naturais são concessionados pelas elites africanas e entregues também ao capital financeiro corporativo, a preço mais barato, sendo que tal processo não garante o bem estar dos povos nativos e muito menos, o desenvolvimento nacional, pois, em áreas onde as práticas (neo)extrativistas ocorrem, além da pilhagem e saque/roubo das riquezas africanas, nota-se, igualmente, o empobrecimento estrutural dos territórios.

Além de ser um processo caracterizado por corrupção, falta de transparência e inclusão de outros atores sociais, grande parte destas concessões de terras e recursos naturais, é feita sem autodeterminação dos povos nativos. Tal cenário, inevitavelmente, tem desembocado em fortes e violentos conflitos sociais, caracterizado por disputas territoriais. As promessas feitas pelo capital financeiro corporativo têm desembocado em desilusões para os povos de vários países africanos. Esse paradoxo, é notório em Moçambique, onde a maior parte da sua população, sobretudo, residente em áreas de ocorrência de recursos naturais, vive desesperadamente na miséria, infelizmente. O presente artigo[1], procura, pois, contribuir

[1] O autor expressa um profundo agradecimento ao António Gaveta e a Karoline Batista Gonçalves pela tradução do resumo em línguas inglesa e espanhola, respectivamente.

para o debate em torno do avanço das práticas (neo)extrativistas na África de forma particular em Moçambique, tendo em conta os dilemas e traumas, ambivalências, contradições, tensões, violência e conflitos socioterritoriais gerados/as no âmbito da sua territorialização.

## ÁFRICA: O LABORATÓRIO DAS PRÁTICAS EXTRATIVISTAS NA ERA DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

> «*Anteriormente, as grandes nações mandavam seus exércitos para conquista territórios e o nome disto era colonização. Hoje, as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disto é globalização*»
> **Milton Santos**.

> «*Quando os missionários chegaram [à África], os africanos tinham aterra e os missionários a bíblia. Ensinaram-nos a orar com olhos fechados. Quando os abrimos eles [os missionários] tinham a terra e nós [os africanos] a bíblia*».
> **Provérbio Africano**.

As práticas extractivistas sempre levaram grupos interessadas na exploração dos recursos naturais a se moverem para outros lugares. Destas práticas, incluem a exploração dos recursos naturais do solo (florestas e faunísticos [animais diversos]), do subsolo (carvão mineral, ouro, rubi, areias pesadas, grafite, minério de ferro, turmalinas, águas marinhas, ágata, diamante, etc.), hidrocarbonetos (gás natural liquefeito e petróleo), pesqueiros dentre outros de maior valor de troca no mercado global.

Adiciona-se também o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio, o qual demanda a ocupação de vastas extensões de terras, e consequentemente, a pilhagem e destruição dos recursos naturais do solo (florestas) no processo de abertura de campos para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Para dizer que "o extrativismo não se limita apenas aos minerais ou (gás e) petróleo", pois, "há também extrativismo agrário (no caso do agronegócio), florestal (corte de madeira) e, inclusive, pesqueiro" (ACOSTA, 2016, p. 50).

Na África, as práticas extrativistas, visando garantir acumulação ampliada do capital em escala global, estiveram na origem do que mais tarde chamou *Partilha da África* entre as potências imperialistas ocorrida durante a *Conferência de Berlim* entre 1884 e 1885. Depois que a África foi partilhada pelos potências imperialistas europeias, sendo Portugal, o mais pobre de todas, viu-se, de seguida, a emergência de uma nova (des)ordem territorial, caracterizada pelo saque e/ou roubo dos recursos naturais, expropriação, opressão, violência, conversão dos povos nativos escravizados e a sua colocação em "cativeiros" por onde só

saiam para trabalhar como mão-de-obra escrava a serviço do colono dentre outras tragédias socioambietais.

Embora oficialmente se tenha declarado o "fim" dos regimes coloniais após a proclamação das independências africanas, a colonização e o colonialismo enquanto práticas violentas, opressoras, expropriatórias e exploradoras, ou seja, de degradação e banalização da condição humana, nunca cessaram no continente africano, sendo que estão cada vez mais presentes e com novos conteúdos nos dias atuais. Sobre a atual onda de recolonização da África pelos países economicamente poderosos que buscam por recursos naturais para a sua exploração capitalista, em uma entrevista concedida a televisão MEDIA MAIS TV, alusiva a comemoração do dia da África em 2020, o antigo presidente de Moçambique (2005-2015), Armando Emílio Guebuza, foi categórico na sua abordagem ao afirmar que:

> Uma coisa é a independência e outra coisa é a liberdade. Eles diziam, fiquem independentes, mas não ficam livres. É essa situação que nos encontramos hoje. Conseguimos pela via armada ou pela via de negociação (pacífica) alcançar a nossa independência, mas não querem nos ver livres. E porque? Exatamente porque nos colonizaram por causa dos nossos recursos [naturais]. Enquanto colonizadores, descobriram que não poderiam viver sem eles. É por isso que fazem todos os esforços para não permitir que efetivamente nos libertemos. Temos a nossa independência, temos a nossa bandeira, temos o nosso hino, mas não querem [nos] dar a nossa soberania. Há um problema de agendas, O ocidente tenta forçar a África a seguir a sua agenda. Parte do princípio de que os africanos não são capazes, mas isso sempre foi assim. […]. Nós temos os nossos interesses como também acreditamos que eles também têm os interesses deles. Por isso, a nossa batalha, é seguirmos uma agenda nossa, que é difícil. É difícil porque muitas pessoas das nossas elites não reagiram criticamente aquilo que aprenderam dos livros coloniais, acreditam que tudo aquilo que aprenderam está correto.

Embora com um tom crítico a atual onda de recolonização em África, Armando Guebuza, faz parte das elites africanas que de certa forma, contribuíram para a perpetuação destes fenómeno, e Moçambique governado por ele (2005-2015), é penas um exemplo clássico. No depoimento acima, é possível perceber que as independências dos países africanos não significaram a sua liberdade das amarras coloniais. Neste depoimento fica claro que os recursos naturais, estão por de traz da recolonização dos países africanos nos dias atuais, sendo que em parte, tal fenômeno é resultado da passividade das elites africanas, atualmente no poder.

Fica claro ainda que após as independências, as elites africanas não reagiram criticamente a este fenômeno violento, ao se tornarem coniventes, parceiros ou mesmo colaboradores dos antigos colonizadores, enfim, do imperialismo global. Os aspectos levantados por Armando Emílio Guebuza nesta entrevista, abrem espaço para o debate sobre o futuro da África na atual conjuntura caracterizada pelo avanço do capital monopolista em busca de novos territórios para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada.

Vale ressalvar que esta nova conjuntura vai no sentido de recolonização da África pelo capital monopolista, não se verifica apenas pela apropriação e privatização dos recursos naturais de maior valor de troca no mercado internacional, mas também da terra, a qual depois é transformada em *terra de negócio* para a produção de *commodities*. O presidente norte-americano, Donald Trump é citado como aquele que terá afirmado durante a sua campanha eleitoral em 2016 que a África deveria ser recolonizada, uma situação que dividiu opiniões no Continente Africano e de forma especial em Moçambique.

Uns diziam que Dolnad Trump foi infeliz ao fazer tais afirmações, pois, isso levaria a emergência de fortes e violentos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais; outros diziam que ele tinha razão por conta do comportamento das elites africanas, que de tudo fazem, até alterar a constituição de seus países para perpetuarem no poder e, por via disto, continuarem junto dos seus parceiros estrangeiros, enfim, do imperialismo global, a saquear/roubar as riquezas em seu benefício (e de seus parentes), mesmo que isso implique a emergência de novas guerras civis.

Após açambarcarem as riquezas, os dinheiros são depositados em contas bancárias do exterior e em paraísos fiscais (*offshores*) e, não necessariamente para o bem-estar dos seus povos que vivem desesperadamente na miséria estrutural e a míngua de um prato de comida. Outros diziam ainda que na África não havia espaço para uma nova colonização, destacando que os tempos eram outros e que as sociedades estavam evoluídas. Mas, contra todos os argumentos, a verdade é que causa da suposta abundância dos recursos naturais e terras férteis, a África vive hoje um fenômeno não muito novo, mas sim, um complexo e violento para os sujeitos diretamente implicados, pois, às vezes, não os têm dado tempo suficiente para preverem o seu futuro por causa das incertezas que (neo)estrativismo gera por onde ocorre. Trata-se, portanto, de um fenômeno com traços coloniais, sendo que apenas foram recuperados, reeditados e modernizados.

Tal fenômeno, recorda os povos africanos o tempo em que os europeus invadiram os seus territórios, apropriando-se monopolisticamente dos recursos naturais e das extensas áreas de terras férteis, as quais mais tarde, foram transformadas em campos de produção de mercadorias do seu interesse. O processo de invasão da África pelas potências imperialistas europeias, culminou com a generalização da violência, caracterizada pela espoliação, expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras e, consequentemente, a sua conversão em mão-de-obra escrava a serviço do colono. No atual contexto de globalização neoliberal, o avanço do capitalismo extrativista sobre os territórios dos povos africanos, sobretudo, tradicionais e camponeses, continua a reproduzir práticas tipicamente coloniais, às vezes, de forma mais violenta e brutal para os seres humanos.

Lênin (2012) já havia afirmado que "o capitalismo é a fase superior do imperialismo", que usando mecanismos próprios, procura sempre que possível, capturar e dominar os territórios junto dos seus povos, apropriando-se dos recursos naturais e extensas áreas de terras férteis, violentando-os, inclusive. Os territórios dos povos tradicionais e dos camponeses, continuam a ser invadidos pelas corporações capitalistas, sendo que mais tarde, são transformados em campos de exploração dos recursos naturais e de produção de *commodities* agrícolas para a exportação. Neste processo, os povos nativos são expropriados e expulsos das suas terras e mais tarde, são transformados em força de trabalho assalariada a serviço do capital monopolista, o mesmo que os expropriou no âmbito da sua territorialização.

A atual globalização neoliberal passou a desempenhar um papel de destaque na reprodução das colonialidades. Tendo em conta que a globalização é o "ápice do processo de internalização do mundo capitalista" (SANTOS, 2013, p. 23), o capital passou a mundializar-se em escala global, alcançando assim novos territórios, ricos em recursos naturais e com terras férteis, mas pobres economicamente, produzindo uma nova geografia, inclusive. A esse respeito, Oliveira (2014) afirma, no entanto, que:

> A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem passou a ser "produzir em qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso a patamar tecnológico vigente sejam possíveis (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

O continente africano passou a ser visto como sendo o lugar onde o capital poderia se reproduzir de forma ampliada, pois, destacava-se que era o único que não estava globalizado. Neste sentido, este patamar tecnológico poderia ter sucesso na África do que em qualquer outro continente. Com a globalização neoliberal, verificou-se a emergência de uma nova (des)ordem global, caracterizada pela "constituição de um sistema-mundo moderno-colonial" (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). Em seguida, emergiram as ideologias modernista, produtivista e desenvolvimentista, enquanto mecanismos de alienação e dominação, não apenas da natureza, mas também das mentes dos sujeitos.

A partir de então, ser globalizado e/ou estar inserido no "mundo da globalização", passou a ser visto como sinônimo de ser desenvolvido e/ou de estar na órbita do desenvolvimento. Não estar globalizado e/ou inserido no "mundo da globalização", passou a significar estar fora dos processos de desenvolvimento. O "moderno" passou a ser visto como sinônimo de "novo". Não estar modernizado, passou a ser sinônimo de "velho". Não estar inserido na modernidade, passou a ser considerado como sendo portador do "atraso". Um dos motivos pelas quais a África supostamente não é um continente desenvolvido, segundo a ideologia desenvolvimentista e modernista, é porque não está globalizada e/ou não está inserida (completamente) no "mundo da globalização".

Tem-se afirmado ainda que o suposto atraso da África e dos seus povos deve-se pelo fato de não estar inserida no "mundo moderno". Segundo a ideologia desenvolvimentista e modernista, para a África se desenvolver precisa globalizar-se e modernizar-se. É por esta razão que "o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade" (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). Mesmo com provas de que a globalização neoliberal fracassou de forma retumbante em muitos países do mundo (a começar do Ocidente indo para o Oriente) em muitas vertentes, e que os efeitos das mudanças climáticas estão atreladas a este modelo de organização da sociedade que se tem mostrado perverso (*cf.* ACOSTA, 2016), as corporações globais têm insistido em vender ideários, com os quais iludem e alienam os povos africanos, segundo as quais, a sua entrada na África visa promover o desenvolvimento.

Tal fato passa supostamente por criar melhores condições de vida, acabar com a miséria, a fome e o desemprego em países africanos. Na maioria das vezes, os povos nativos,

sobretudo, tradicionais e camponesas, acabam por aceitar, entregando as suas terras na esperança de verem as suas condições de vida melhoradas, mas nem sempre conseguem tirar benefícios da presença das corporações capitalistas que exploram os seus territórios.

Na África, tanto a ideologia desenvolvimentista quanto a modernista, ocultam as suas raízes coloniais. Se no período colonial, o "evangelho" era utilizado como *trampolim* para os processos colonizatórios e civilizatórios, caracterizadas pela apropriação, dominação, expropriação e expulsão das suas terras, e consequentemente, a conversão destes em força de trabalho escrava, nos dias atuais, as ideologias desenvolvimentista, produtuvista e modernista, passaram a ser usadas para a recolonização da África, mantendo a estrutura opressora ativa e constante. Tal como no período colonial, nos dias atuais os conhecimentos dos povos africanos continuam sendo inferiorizados e ignorados pelas ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista.

Os povos nativos, sobretudo, tradicionais e camponeses são considerados pelas ideologias desenvolvimentista e modernista como sendo portadores de práticas "arcaicas" ou "atrasadas". Por meio da "ciência moderna", os defensores das ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista, afirmam que o progresso da África passa por "despir" os povos africanos o suposto "atraso" que caracteriza as suas relações sociais e produtivas, a sua forma de organização, enfim, o seu "modo de vida", modernizando-o, inclusive.

> Os discursos em torno do desenvolvimento constituem, então, uma nova fonte de legitimação para a instalação de obras de infraestruturas, de monocultivos e de projetos industriais, além de uma série de alteração de legislações dos países (vítimas da ideologia desenvolvimentista e modernista), reordenamento de espaços territoriais e marítimos, reorganização da exploração da natureza, programas de capacitação dos agricultores e trabalhadores urbanos, revelando a materialização da política (neocolonial) em curso (ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p. 17).

Isso apenas mostra que na África, a dita *sociedade moderna* continua a operar nos mesmos moldes coloniais, inferiorizando os saberes locais, inclusive. Mostra que a mente dessa sociedade é escravocrata, mas que se oculta por de trás do discurso desenvolvimentista e produtivista. Atualmente, as ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista têm ocasionado a recolonização da África pelos países que outrora

estiveram no século passado na qualidade de colonizadores, saqueando/roubando, violentando e espoliando os povos nativos. Mas, estes países que colonizaram o continente africano, após o "fim" dos regimes coloniais, alguns deles, passaram a ser chamados de "parceiros de cooperação de desenvolvimento". Ao se intitularem "parceiros de cooperação para o desenvolvimento" na sua entrada no continente africano, estes países passaram igualmente, a ocultar os traços coloniais que caracterizaram as suas práticas no período anterior as independências africanas.

Os capitalistas destes países passaram igualmente, a ser chamados de "investidores". Ao se intitularem "investidores", estes capitalistas também passaram a ocultar as ações perversas que caracterizaram a sua atuação na África. Os projetos que levaram a ocupação, dominação, apropriação e monopolização dos territórios, e consequentemente, a espoliação, expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras no período colonial, neste seu regresso a África como "parceiros de desenvolvimento" ou "investidores", passaram a ser chamados de "Megaprojetos" –, ou seja, "Projetos de Desenvolvimentos". Com estes "novos" nomes, mas "velhos" no seu *modus operandi*, estes projetos passaram a ocultar o seu caráter desigual, contraditório e perverso.

Os "Megaprojetos" ou "Projetos de Desenvolvimento" são a expressão mais avançada do capitalismo neoliberal, e portanto, uma via não declarada de reocupação da África, mas desta vez, usando "discursos desenvolvimentistas e salvacionistas". As palavras "Megaprojetos" ou "Projetos de Desenvolvimento" são uma recriação do próprio capital corporativo na sua fase monopolista, com objetivo de monopolizar os territórios, viando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global, sem no entanto, despir-se das suas raízes coloniais.

Por de trás dos discursos desenvolvimentistas, produtivistas e modernistas, está o plano imperial dos países economicamente poderosos e das corporações capitalistas vindos destes países, o de querer aliciar mais uma vez, os povos africanos para entregar-lhes as suas riquezas e terras, a sua base de existência material e simbólica, enfim, o seu único meio de reprodução social, e por essa via, servir como instrumento de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Nesta fase de globalização neoliberal, estas empresas monopolistas passaram a ser chamadas de multinacionais enquanto "a expressão mais avançada do capitalismo (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Tais multinacionais globais, ao se deslocar para os países africanos, passaram a realizar atividades em diversos setores de atividades econômica, a saber: mineiro-energético (mineração, exploração de gás e petróleo), turismo, conservação da biodiversidade, pesqueiro, agricultura, corte de madeira, etc. É por isso que Mbembe (2018, s/p) considera que a "África é a última fronteira do capitalismo" nesta primeira metade do século XXI, dada a intensa disputa, não só por recursos naturais, mas também por terras para a produção de *commodities*. Para este autor, a África:

> É a última fronteira do capitalismo, no sentido em que o regime capitalista se universalizou e não há hoje praticamente nenhuma sociedade que lhe escape, mesmo as sociedades nominalmente comunistas, com a excepção da Correia do Norte. É um regime, cujo fim é o de não ter limites. Ora, é em África que encontramos as jazidas de quase todos os recursos de que precisa o capitalismo para funcionar no futuro. E também os recursos demográficos, na medida em que até ao final do século uma pessoa virá da África. E os recursos mineiros, botânicos, os recursos das espécies vivas, orgânicas e vegetais. É a única parte do mundo que não foi ainda completamente capturada pela lógica de exploração infinita. É por isso que digo que [a África] é a última fronteira do capitalismo (MBEMBE, 2018, s/p).

A presença das multinacionais na África se deu de forma paradoxal, desigual e contraditória. Em nome de desenvolvimento, milhares de povos africanos passaram a serem expropriados e expulsos das suas terras pelas corporações capitalistas, às vezes, abandonados à sua sorte. Na maioria das vezes, quando expropriados e expulsos das suas terras, as populações são reassentadas em novos espaços, mas sem condições necessárias para garantir a sua reprodução social. Nos locais de reassentamentos populacionais resultantes da expansão do capital no campo, as populações ora expropriadas e expulsas das suas terras, são forçadas a recriarem mecanismos próprios para garantir a sua reprodução social, caso as mesmas não queiram "sucumbir" da fase da terra pela fome.

Os reassentamentos acabam também por se transformar numa espécie de reservatórios de mão-de-obra barata (novos "cativos") passível de ser explorada pelas mesmas empresas multinacionais que protagonizaram a expropriação e sua expulsão das suas terras no âmbito da sua territorialização. Tal como no passado, nos dias atuais, as relações de trabalho e de produção não capitalistas têm integradas e instituídas de forma perversa à lógica do modo de produção capitalista, com a qual o capital garante a sua acumulação e da reprodução ampliada em escala global. Para dizer que no atual contexto, as relações de

trabalho e as relações de produção não-capitalistas passaram a garantir a "construção das bases do capitalismo e, consequentemente, como componentes da modernidade" (ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p. 13-14).

A grande diferença com o período colonial em que predominava o trabalho forçado dentre outras formas de *exploração do homem pelo homem*, no atual contexto, a força de trabalho assalariada africana é livre e paga pelo trabalho que esta presta as corporações capitalistas, mas mediante um contrato formal e na maioria das vezes, informal. Mas, vale ressalvar que as condições pelas quais os povos africanos são submetidos durante a sua jornada de trabalho, são análogas a escravatura e, esse fenômeno, tem sido reportado e denunciado em muitos países africanos pelos estudiosos, movimentos sociais e pela mídia independente.

Neste regresso a África das "velhas" práticas por meio dos chamados "Megaprojetos" ou Projetos de Desenvolvimento", nota-se, igualmente, a emergência de outras potências que também entraram na órbita do imperialismo econômico. A riqueza da África não está apenas nos seus recursos naturais do solo (florestas, fauna e bravia, etc.) do subsolo (minerais diversos), das águas territoriais (gás e petróleo), etc. Pelo contrário, a terra faz parte das riquezas que a África detém. Por serem férteis, tais terras passaram igualmente, a estar na "mira" de governos de países poderosos economicamente e corporações capitalistas globais. Essas terras passaram, igualmente, a serem disputadas, apropriadas e controladas pelos países ricos e corporações globais vindos destes mesmos países, às vezes, financiadas pelos governos locais.

Em pouco tempo, o continente africano passou a ser palco de experiência de modelos de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no *agronegócio*, em que extensas áreas de terras são apropriadas para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Na realidade, trata-se da mundialização da agricultura capitalista caracterizada pelo deslocamento de fronteiras agrícolas outrora implementadas em outros lugares do mundo para África com alegações de que as terras são mais acessíveis e baratas. Muitos países do mundo, sobretudo, desenvolvidos e integrantes das chamadas «*economias emergentes*» (os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), passaram a exportar seus modelos agrários/agrícolas e com eles, suas tecnologias para experimentar no continente africano. O Japão, a Indonésia, Filipinas, Portugal, Noruega, estão entre os países com interesses em terras africanas.

A África Subsaariana de forma particular, é que passou alvo das corporações capitalistas que buscavam terras para a produção de *commodities* para o mercado internacional. A suposta existência de "terras livres e subutilizadas" fez dos países da África Subsaariana serem alvos do capital corporativo. Foi assim que as terras africanas na posse dos camponeses passaram a ser ocupadas para por empresas monopolistas e alguns programas de cooperação internacional para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Torna-se importante referenciar que as terras que vêm sendo apropriadas pelo capital monopolista, não são necessariamente "livres e/ou subutilizadas" como tem apontado o discurso dominante, na maioria das vezes apadrinhado pelas elites africanas.

As terras que têm sido invadidas pelo capital corporativo, consuetudinariamente, pertencentes aos povos nativos. Mas, porque o seu "modo de vida" é visto como sendo um "atraso" pela "sociedade moderna" europeizada e pelas elites africanas com mentes colonizadas, os povos nativos, são simplesmente, expropriados e expulsos das suas terras para darem lugar a "modernidade". Neste processo, alguns povos africanos são integrados de forma perversa ao "sistema-mundo moderno-colonial", tanto como produtores de mercadorias de interesse do mercado global, assim como força de trabalho assalariada ao serviço das mesmas corporações capitalistas que lhes expropriaram.

Desde a primeira década do século XXI, o setor da agricultura é que tem demandado interesses do capital corporativo para a apropriação da terra na África para a produção de *commodities*. Embora a corrida por terra agrícolas tenha ganhado novo ímpeto com a crise de preços de alimentos de 2007/8, Sassen (2015) adverte, no entanto, que este fenômeno é mais antigo em boa parte do mundo, sendo os países pobres, as vítimas. Para este autor:

> Uma mudança importante aconteceu em 2006, marcado por um rápido aumento do volume e difusão geográfica das aquisições estrangeiras, assim como pela diversidade dos compradores. Segundo estimativas, entre 2006 e 2011, governos e empresas adquiriram mais de 200 milhões de hectares em outros países. Boa parte das terras compradas está em África […] (SASSAN, 2015).

A mundialização do capital em escala global permitiu que governos e as multinacionais de diversos países passassem a adquirir enormes áreas de terras na África para a produção de mercadorias do seu interesse e não dos povos africanos. A apropriação

de terras no continente se dá por meio de duas formas distintas, mas ambas garante a reprodução ampliada do capital, sendo que os beneficiários são as multinacionais e os governos que as financiam durante as suas operações. Trata-se, portanto, da venda e do arrendamento de terras. Dito de outro modo, os países africanos estão vendendo e arrendando terras a outros para a sua exploração capitalista.

Tais terras são vendidas e arrendadas aos governos de países economicamente poderosos. É através destas duas vias que o capitalismo corporativo garante a sua reprodução ampliada em escala global a partir das terras africanas. O que está acontecer em África nos dias atuais, já aconteceu em outros continentes, sobretudo, na América Latina. Os estudos de Fernandes (2008) ajudam a compreender este fenômeno na América Latina, e segundo este autor, a compra de terras pelo capital monopolista, além de expropriar e expulsar os camponeses e povos indígenas das suas terras, colocou em *cheque* a soberania das "nações".

Este processo relatado por Fernandes (2008) culmina também com a privatização de outros recursos naturais, sobretudo, a água e florestas, importantes para a reprodução social dos povos nativos. O deslocamento do capital corporativo e de fronteiras agrícolas para o continente africano nesta onda de procura de terras para a produção de *commodities* de interesse global, ameaça sobremaneira, a soberania dos povos africanos e com ela, todos os seus saberes e valores seculares transmitidos de geração em geração. Mas, vale ressalvar que nem sempre tais terras são exploradas na sua plenitude pelas corporações capitalistas que as compra e/ou as aluga. Parte das terras, são deixadas por muito tempo sem serem exploradas.

Isto permite os proprietários de tais terras, entrarem na órbita da especulação em caso de venda para outros capitalistas que precisam delas para implementarem seus projetos, e, é desta forma que extraem a renda da terra (*cf.* CATSOSSA, 2020a). Para dizer que tanto os recursos naturais quanto a terra africana, estão sendo usados como ativos pelos governos de países poderoso e multinacionais estrangeiras presentes na África. Por causa do comprometimento das elites africanas ao imperialismo global, tais empreendimentos econômicos, têm-se beneficiado de isenções fiscais. A situação torna-se mais gritante, pois, se nota a falta de fiscalização dos empreendimentos econômicos e dos processos extrativos em muitos países africanos (*cf.* ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016). Essa ação dos governos africanos, apenas coloca em *cheque* a reprodução social dos povos tradicionais

com base no seu "modo de vida" secular. Igualmente, tem contribuído para a eclosão de conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais em muitos países africanos.

Por sua vez, tem contribuído para a eternização da pilhagem e destruição da natureza, e, como resultado, nota-se o aprofundamento da degradação ambiental em os locais alvos do capital extractivista. Os ideários desenvolvimentistas e modernistas das corporações capitalistas encontram espaço fértil na África por vários motivos. O primeiro motivo está relacionado com a dependência econômica dos países africanos em relação ao mundo exterior, sobretudo, o Ocidente e o Oriente. As independências dos países africanos, infelizmente, não se traduziram na independência econômica destes.

Grande parte dos orçamentos dos governos africanos é coberta pelo apoio externo aliada a sua incapacidade financeira. Para construírem determinadas infraestruturas, os governos africanos têm solicitado apoio dos países economicamente poderosos. Igualmente, várias ações sociais ("solidárias") são realizadas pelos países estrangeiros. A incapacidade financeira verificou-se no âmbito da propagação do Coronavírus, pois, a maioria dos países africanos não tinham condições financeiras para comprar vacinas de forma a imunizar os seus povos. Foi daí que as "doações" de vacinas começaram, encabeçadas por grupos de países economicamente poderosos, sendo ocidentais (EUA e alguns países europeus) e orientais (China e Índia), num cenário que vislumbrava uma disputa territorial.

Mas, valer ressalvar que o dinheiro que tem sido alocado aos governos africanos como parte do apoio aos orçamentos e investidos em programas sociais, não pode ser vista como "doação". O mesmo se pode dizer das vacinas que os governos africanos estão recebendo dos países ocidentais e orientais, pois, por de trás da suposta "doação", está também o plano imperial. Cedo ou tarde, este dinheiro em "doações" volta novamente para os países que ajudam os governos africanos, às vezes, com altos custos. O apoio direto ao orçamento do Estado e as ações "solidárias" dos "parceiros de cooperação para o desenvolvimento", chaga a transformar-se em dívidas a serem pagas pelos governos africanos. Não tendo possibilidade de pagar tais dívidas, alguns governos africanos, optam por entregar a terra e os recursos naturais através de mecanismo de concessões com isenções aduaneiras, cujo período de exploração é de aproximadamente 50 anos renováveis por igual

período. Por esta via, os recursos naturais são saqueados/roubados e exportados em bruto para os países que apoiam os orçamentos dos Estados africanos.

De realçar que nem sempre o processo de concessões dos recursos das terras e dos naturais é transparente. A falta de inclusão de outros grupos sociais interessados, como, por exemplo, os povos nativos, camponeses, organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social e ambiental, a corrupção e o clientelismo (troca de favores), estão entre as práticas que têm caracterizado o processo de concessões de terras e recursos naturais em alguns países africanos. Nalguns casos, os países que financiam as atividades dos governos africanos optam por confiscar os ativos, sobretudo, as infra-estruturas construídas por meio do seu dinheiro.

A China, por exemplo, é um dos países que tem atuado desta forma na África, e tal cenário aconteceu na Zâmbia. No continente africano, Moçambique é um dos países que conta com o maior financiamento chinês em infra-estruturas, com destaque para a *Estrada Circular de Maputo* e a *Ponte Maputo-Catembe*. Algumas organizações da sociedade civil, no caso do Centro de Integridade Pública (CIP), tem alertado que caso o governo moçambicano não consiga pagar, é possível que, o que aconteceu na Zâmbia venha se repetir em Moçambique. A atuação da China por meio de confisco de ativos construídos pelo seu dinheiro tem sido vista por vários segmentos sociais como sendo uma nova forma de recolonização.

O segundo motivo está relacionado com a incapacidade dos governos africanos em proporcionar uma vida condigna aos seus povos. O fato dos países africanos não conseguir dar dignidade ao seu povo, tem culminado com a recolonização destes pelos países economicamente poderosos através das suas corporações capitalistas. Com a proclamação das independências africanas, os líderes africanos produzidos vários ideários, os quais passaram a ser um verdadeiro "pão de cada dia" para os seus povos. Os povos africanos passaram a nutrir-se de tais ideários de tal modo que se confundia com alienação destes, pois, passaram a acreditar que sairiam das condições miseráveis que viviam no período anterior as independências nacionais. Os líderes africanos após a proclamação das independências, em um tom revolucionário, passaram a vender aos seus povos a ideia de que estavam livres da opressão e que jamais voltariam a ser expropriados e expulsos das suas terras e explorados, inclusive.

A criação da Organização da União Africana (OUA), a 25 de Maio de 1963 (atualmente, União Africana [UA], desde 9 de Julho de 2002), nos seus objetivos, preconizava, além de dar dignidade os povos africanos, pretendia também acabar com o neocolonialismo e todas as formas opressivas, entre elas, a *expropriação* e a *exploraçãodo homem pelo homem* dentre outras brutalidades. Em vez de concentrar-se em trabalhar para alcançar os objetivos que levaram a sua criação, a UA é altualmente, palco de luta de classes, onde diferentes atores disputam o poder, não necessariamente para o bem-estar dos povos africanos, mas sim, para satisfação das necessidades das próprias elites, enfim, os interesses de toda a classe burguesa africana.

A maior vergonha verificou-se na última eleição dos membros constitutivos do Parlamento da UA, realizado na África do Sul, ao verificar-se uma situação de pancadaria. Esse cenário apenas evidencia que a UA está sendo tomada (para não dizer sequestrada) por grupos visando satisfazer seus interesses e não para resolver os problemas pontuais, como, por exemplo, as desigualdades sociais, a miséria, a fome, as guerras, o terrorismo dentre outras tragédias sociais no continente africano. Em muitos países africanos (a exemplo de Moçambique como se verá mais em diante), passado mais de quatro décadas após a proclamação das independências nacionais, milhares de africanos, infelizmente, continuam a viver de forma desesperada na miséria, sendo que vivem dependentes de ajuda externa. De acordo com Conrado (2020):

> […] entre os intelectuais, pesquisadores e acadêmicos [africanos] se construiu um consenso à volta segundo o qual depois dos 60 anos de independência, o continente africano e os povos […] ainda vive numa dependência estrutural que mina de forma encovada a possibilidade de liberdade (CONRADO, 2020, s/p).

Não é uma verdade absoluta que a África é pobre, ela é rica. A verdade é que a África continua sendo saqueada/roubada e os povos africanos, são empobrecidos nos moldes coloniais. Além do capital corporativo, os povos africanos são, igualmente, empobrecidos pelas próprias suas elites –, aquelas que outrora lutaram contra a opressão colonial, sob alegações de que queriam criar condições para o "progresso" das suas nações. Atualmente, as promessas das elites africanas configuram-se em pesadelos para os seus povos, pois, os próprios "libertadores", além de se apropriarem da história da luta de libertação nacional (*cf.* MATSIMBE, 2017), passaram igualmente, a estabelecer alianças com o capital

multinacional para a apropriação da terra e com ela, os recursos naturais, alguns deles, vitais para a sua reprodução social.

Na África, os Estados Nacionais passaram a ser expropriados pelas elites nacionais, colocando-os a serviço dos seus interesses e do imperialismo global. Essas elites passaram igualmente, a se inserir desta forma nas dinâmicas da acumulação privada da riqueza, formando redes com o capital à escala global (*cf.* MARQUES, 2011; CASTEL-BRANCO, 2017; CATSOSSA, 2020a). há casos em que as elites africanas não se aliam diretamente ao imperialismo global, apenas concessionam terras e depois, entrega-as nas mãos das multinacionais para a sua exploração capitalizada.

É desta forma que as elites africanas retiram a renda da terra, a qual garante a sua reprodução social, mas de forma subordinada ao capital multinacional. Para dizer que a maior parte dos governos africanos passaram a funcionar nos moldes descritos por Marx e Engels (1998, p. 43), isto é, como um "comité de gestão dos negócios comuns de toda a classe burguesa". A luta de classes na África pela acumulação privada da riqueza envolvendo as elites africanas, atualmente no poder, é tanta que o povo passou a ser colocado em segundo plano em termos de governação. Nesta luta pela acumulação privada da riqueza, as elites africanas usam tudo o que está a sua disposição, a violência, a repressão, a tortura e em casos graves, matanças (*cf.* MATSIMBE, 2017) como forma de legitimar o seu poder na sociedade.

As forças policiais "republicanas" de muitos países africanos, passaram igualmente, a ser usadas em defesa dos seus interesses e do capital corporativo, enfim, de toda a classe burguesa. Em áreas de ocorrência de minerais de maior valor de troca no mercado global, no caso de diamantes, ouro, rubi, turmalina, águas marinha dentre outros minerais preciosos, a violência, a brutalidade, banalização da condição humana dentre outras tragédias, tem sido práticas recorrentes. Em muitos países africanos, os relatos e as denúncias apontam que a apropriação violenta da terra e dos recursos naturais, liga as elites políticas nacionais, as quais passam a encobrir as ilegalidades e ilicitudes dentre outras tragédias socioambientais geradas pelo capital, em troca de algumas benesses e tal cenário, são visíveis em Angola (*cf.* MARQUES, 2011) e, em Moçambique (*cf.* CASTEL-BRANCO, 2017; MATSIMBE, 2017; CATSOSSA, 2020a).

Mesmo com tanta riqueza natural, em muitos países africanos, a pobreza é gritante, sendo que milhares de famílias vivem na pior das penúrias. Em consonância com

isso, em muitos países africanos ricos em recursos naturais, mas pobres economicamente, assiste-se a emergência de conflitos violentos, caracterizados pela expansão de grupos terroristas ("*radicalização islâmica*"), em uma luta acirrada pela dominação e controle do território e com ele, os recursos naturais. Nesses países, verifica-se a degradação e banalização da condição humana, onde além de milhares de populações serem massacradas – mortas, às vezes, decaptadas por grupos terroristas; algumas acabaram por serem forçadas a refugiarem-se para outros lugares, criando uma situação de insegurança e crise humanitária, e Moçambique é apenas um exemplo.

No âmbito da sua territorialização em diversos países africanos, esses grupos terroristas, têm-se beneficiado inclusive do apoio de alguns jovens nativos, mas frustrados pelos seus governos por alegadamente não lhes proverem melhores condições de vida. Na maioria das vezes, tais jovens são aliciados com "altas" somas de dinheiro para a sua integração ao movimento terrorista com vista a combater a ordem preexistente, neste caso, o Estado, e Moçambique e exemplo clássico disto. Por parte de alguns segmentos sociais, sobretudo, estudiosos progressistas e algumas organizações da sociedade civil, há um entendimento que as ações terroristas em curso em muitos países africanos, estão relacionados com a "abundância" dos recursos naturais.

Avança-se ainda com a hipótese segundo a qual os países interessados nos recursos naturais têm potenciado o conflito armado e a violência, ao militarizar as áreas da sua ocorrência, visando proteger os seus interesses, e que Moçambique vai neste sentido. Alertam ainda que os elevados índices de pobreza que se verificam em países africanos ricos em recursos naturais, possivelmente, poderão ser um "ingredientes" para a instrumentalização dos povos nativos pelos "de fora" para lutarem contra os seus governos.

## OS ÔNUS DO "DESENVOLVIMENTO" CAPITALISTA EM MOÇAMBIQUE: DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA À VIOLÊNCIA E OUTRAS TRAGÉDIAS SOCIOAMBIENTAIS NO CAMPO

*«Quando nós tiramos o colonialismo, não foi para todos estarmos na cadeira (sentados/as). Foi para criar condições que haja uma estabilidade, que as pessoas não voltem a ver [outras] pessoas a serem mortas, que as pessoas não sejam tiradas as suas riquezas […] uma série de coisas que quando eu abracei*

> *a causa, foi nesta perspectiva. Ora, o que estamos a ver agora, é que as pessoas que estão no poder, pegaram neste poder, atrás delas, está o colono que esteve aqui, que até não fazia a pior coisa, porque tu durante o colonialismo estava a espera de alguém que te libertasse, que esse colono fosse embora. Agora tens alguém que te está a vender a sua pátria, […] estão a dilapidar o país, estão a roubar no país, não para o bem-estar social das pessoas. Quando eu disse que não quero o colono para retirar as minhas riquezas […], para tu mandares dinheiro para Portugal para ir educar um filho, tu dançavas e hoje tiram os dinheiros para fora […] e nós estamos a sofrer. Hoje, temos o chinês que nem sequer sabe falar a língua, nem sequer entende. […]. Porque é que agente não diz que o nosso colono é chinês agora?».*
>
> **Alice Mabote**, ex-presidente da Liga dos Direitos Humanos (LDH).

*Eu sou o preto da senzala a morar numa favela,*
*Sou dono da terra sem ter mandado nela,*
*Com os amigos quero paz,*
*Com os irmãos faço guerra,*
*Por isso sou explorado na minha própria terra,*
*Eu sou único rico que vivo na miséria,*
*Vivo da pena que sente de mim,*
*Vivo da miséria,*
*Enteado do mundo civilizado filho da miséria,*
*Sonho para ver se acordo livre da miséria,*
*Expulsei colonos e nunca o colonialismo* [...].

Extrato da letra da música intitulada *Cães de Raça* do rapper moçambicano, **Azagaia**.

Moçambique alcançou a sua independência, a 25 de Junho de 1975, depois de uma guerra sangrenta travada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, partido atualmente no poder) sob a liderança de Samora Machel contra o colonialismo português que teve a duração de dez (10) anos (1964-1974). Sob o slogana "*libertação dos homens e da terra*" e o "*fim da exploração do homem pelo homem*" (e de tantas outras *barbáreis*) os moçambicanos decidiram travar guerra contra o Estado colonial em busca da sua independência.

Durante a sua permanência em Moçambique, os portugueses haviam ocupado extensas áreas de terras antes usadas pelos povos nativos, as quais foram mais tarde transformadas em campos de produção de mercadorias do seu interesse. Além disso, todas as riquezas do solo, subsolo e das águas, foram igualmente, apropriadas por Portugal, as quais estavam sendo exploradas em seu benefício na qualidade de colonizador. Este processo, além de ter ocasionado a expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras,

sua base de existência material e simbólica e a destruição do seu "modo de vida", inibia-os também de usufruir os recursos naturais aí presentes.

Com o alcance da independência, seguiu-se o processo da nacionalização da terra e de todos outros recursos naturais à favor do Estado no contexto na implantação do *socialismo*, enquanto um novo sistema de organização social e econômica. A nacionalização da terra e de todos outros recursos naturais ocorrida em Julho de 1975, fazia parte das ações revolucionárias da FRELIMO, visando "escangalhar" o aparelho do Estado colonial. Ao pretender destruir por completo o aparelho do Estado colonial, a FRELIMO não queria saber mais nada de práticas que recordassem os moçambicanos o passado violento e cruel, o qual foram forçados a passar durante a colonização portuguesa.

A partir de então, tanto a terra quanto os recursos naturais (do solo, subsolo e das águas territoriais), ambos passaram a responder os interesses legítimos dos moçambicanos e não mais do colono. Tal fato trouxe euforia entre os moçambicanos, pois, a nacionalização da terra e dos recursos naturais, era vista como uma via para saírem da penúria, mas, mais tarde, a realidade mostrou que foi apenas uma ilusão, pois, as terras que outrora estavam nas mãos do colono, foram entregues a gestão das empresas estatais (*cf.* MOSCA, 1999; BRITOS, 2019).

Significa que estes sujeitos foram expropriados pela segunda vez, mas nesta última pelo próprio Estado. Ao nacionalizar a terra à favor do Estado, este passou a ter quase um poder absoluto, de tal forma que mais tarde, acabou por se tornar um monopólio (*cf.* CATSOSSA, 2020). Os camponeses passaram a ser subalternos a hegemonia do Estado, por estes não terem o poder suficiente sobre as terras que estavam em sua posse e tal cenário, continua a verificar-se nos dias atuais. Teoricamente se diz que os camponeses são os donos *consuetudinários* das terras, mas a realidade mostra que não é bem assim, pois, na maioria das vezes, são expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica, às vezes, sem a sua autodeterminação.

Às vezes, é o próprio Estado que promove a expropriação dos camponeses ao concessionar grandes extensões de terras e, em outros casos, são as corporações capitalistas, mas chanceladas por este primeiro, e tal processo, é recorrente em áreas de ocorrência de recursos naturais (*cf.* SELEMANE, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2011; MATOS, 2016; CASTEL-BRANCO, 2017; FREI, 2019; CATSOSSA, 2020a), de expansão do agronegócio

(*cf.* MOSCA, 2015; MUIANGA, 2015; MANDAMULE, 2017; MANDAMULE & BRUNA, 2017; BRUNA, 2017; CATSOSSA, 2020b) e também em áreas de conservação da biodiversidade, as quais funcionam como lugares (e/ou atrativos) turísticos (*cf*. CATSOSSA, 2019; MULHAÍSSE, 2020; BRUNA, 2020).

Constitucionalmente, está estabelecido que em Moçambique, "*o Estado determina as condições de uso e aproveitamento da terra*", significa que todos aqueles que pretendem fazer o uso capitalista da terra e explorar os recursos naturais, devem pedir autorização ao Estado. O simples fato do Estado determinar as condições de uso e aproveitamento da terra em Moçambique, dá-lhe o poder de negociação com aqueles que desejam explorar a terra e os recursos naturais. De seguida, os grupos com interesse na terra e nos recursos naturais apresentam o plano de exploração, seguido do investimento a ser alocado nas atividades produtivas. Depois de serem analisados, os planos de exploração junto do investimento proposto pelos capitalistas estrangeiros, são aprovados ou reprovados.

Em caso de aprovação, o Estado avança com o processo de concessão de terras ou das áreas onde ocorrem os recursos naturais pretendidos. Depois disso, grandes extensões de terras são entregues nas mãos dos capitalistas estrangeiros em forma de DUAT – Direito e Aproveitamento de Terra. Tal DUAT é entregue em regime de concessão com validade de 50 anos renováveis por igual período, conforme a Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro de 1997, atualmente, em debate para a sua revisão, mas que está sendo contestado pelas organizações da sociedade civil, pois, consideram que o processo é excludente e que visa criar espaço para a acumulação capitalista, sendo os maiores beneficiários, os investidores estrangeiros e alguma elite nacional. Além de ser moroso, tal processo é burocrático, e, às vezes, desemboca em fortes esquemas de corrupção.

A corrupção é antes de outras coisas, um meio pelo qual o capital usa para a sua reprodução ampliada em escala global. Sempre que encontra um obstáculo para a sua reprodução ampliada, o capital procura corromper os governos, aliciando-os com altos valores monetários ou mesmo contrapartidas caso o projeto passe. Na maioria das vezes, tal ato acaba sendo um sucesso para o capital, sobretudo, quando na sua frente encontra governos compostos por governantes corruptos. Tendo em conta que Moçambique é considerado como sendo um dos países africanos mais corruptos do mundo, o capital tem

logrado com sucesso os seus intentos na sua busca por territórios para garantir a sua reprodução ampliada.

Em caso de resistência em aprovar determinados projetos de interesse do capitalismo corporativo global, de seguida, as estruturas governamentais moçambicanas ao mais alto nível na "Nação", já que são elas quem tomam decisões sobre os grandes investimentos que entram no país, são corrompidas. Neste processo, as autoridades governamentais, aprovam os projetos sobre os quais são concessionadas grandes extensões de terras e com elas, os recursos naturais e recebem em troca dinheiro, o qual é divido mais tarde entre os grupos sociais envolvidos no processo negocial e não só.

Em Moçambique, a corrupção tem feito com que determinados grupos sociais com interesses na terra e nos recursos naturais, tenham acesso fácil e rápido ao DUAT. Mas, vale ressalvar que é no quadro das negociações que surgem as parcerias e/ou alianças entre os capitalistas nacionais e estrangeiros para a exploração capitalista da terra e dos recursos naturais. Após o estabelecimento de alianças, os capitalistas moçambicanos majoritariamente compostas pelas elites políticas "libertadoras na nação", por ser descapitalizados e por não ter cultura de trabalho, estes entram no negócio com a terra e com recursos naturais, e os capitalistas estrangeiros, com o capital, tecnologia, conhecimento, etc. É por meio destas alianças com os capitalistas estrangeiros que as elites políticas nacionais se inserem nas dinâmicas da acumulação privada do capital, extraindo a renda da terra, mas de forma subordinada aos capitalistas estrangeiros.

Às vezes, as elites moçambicanas predadoras dos recursos naturais, concessionam terras em benefício próprio ou ainda de seus parentes, às quais deixam por algum tempo sem explorá-las, a espera de oportunidades para entrarem na órbita da acumulação privada. A concessão de tais terras é acompanhada pela criação de empresas familiares e, para não criarem desconfianças, estas elites, deixam tais empresas na gestão de outros grupos para darem dinamismo. Esse *mudus operandi* das elites moçambicanas, foi denunciado num artigo publicado no jornal Savana.

Na manchete deste jornal, sobretudo, a edição do dia 20 de Novembro de 2020, lê-se: «*Corrida desenfreada pelo ouro em Manica: negócios de Nyusi e Guebuza colidem*», dando entender que nesta província se está diante de luta de classes, onde as elites nacionais estão numa disputa acirrada pela apropriação privada e controle dos recursos naturais. Além

de denunciar, este artigo revela os bastidores do poder na luta pela apropriação privada e controle das riquezas naturais na província de Manica, rica em ouro e turmalinas, cujas licenças de concessão beneficiam grandemente famílias poderosas da "velha" política moçambicana. Num artigo intitulado «*Predadores da Frelimo arrasam recursos* de forma contundente, Senda (2020, p. 2), afirma que:

> "de liberradores a colonizadores é assim que se pode classificar a ambição e a ganância das elites predadoras da Frelimo, partido no poder desde 1975. [...]. A lista é enorme e nela se destaca a família do atual chefe do Estado, Filipe Nyusi, antigo Presidente da República, Armando Guebuza, filho (Fortunato Enzo Gorlome) do secretário-geral da Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional (ACCLIN), Fernando Faustino e outros deputados da Assembleia da República pela bancada da Frelimo (SENDA, 2020, p. 2).

É desta forma que Moçambique tem sido delapidado e saqueado/roubado, num processo eminentemente predador, o qual envolve as elites políticas nacionais e seus parentes, mas sempre de mãos dadas com o imperialismo global. Moçambique é um dos países africanos que tem sido alvo do capital corporativo, tanto em busca de terra de "negócio", como para a exploração dos recursos naturais, graças a conivência do Estado.

**Tabela 1. Distribuição de aquisições de terras por fator em Moçambique no período compreendido entre 2004 a 2013**

| Fatores | Área adquirida (ha) | Número de projetos |
|---|---|---|
| Biocombustíveis | 125.335 | 15 |
| Sequestro de carbono/REDD | - | 1 |
| Conservação | 200.000 | 1 |
| Culturas alimentares | 92.100 | 18 |
| Pecuária | 71.500 | 5 |
| *Commodities* agrícolas não alimentarem | 7.806 | 3 |
| Turismo | 210.000 | 4 |
| Madeira e fibra | 699.937 | 9 |
| Biocombustíveis, culturas alimentares | 196.800 | 6 |
| Biocombustíveis, *commodities* agrícolas não alimentares | 35.293 | 2 |
| Sequestro de carbono/REDD, madeira e fibra | 9.875 | 1 |
| Conservação, sequestro de carbono/REDD | 126.000 | 1 |
| Conservação, madeira e fibra | 210.000 | 1 |
| Madeira e fibra | 182.886 | 1 |

**Fonte:** Muianga (2015). **Org.** O autor.

Tanto o sequestro de carbono/REDD, a conservação da biodiversidade como o turismo (produção do espaço turístico), ambas atividades estão a ocasionar *green grabbing* (a apropriação da natureza) em Moçambique. As populações são inibidas de usufruir os bens da natureza após as multinacionais adquirirem as concessões por meio do Estado. Essas áreas, passam a ser geridos e controlados pelas multinacionais, e mais tarde, são convertidos em espaços de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Durante o processo, milhares de famílias, na sua maioria camponesas, são removidas compulsivamente para outras áreas (*cf.* CATSOSSA, 2019; BRUNA, 2020; MULHAÍSSE, 2020).

Mesmo com alertas sobre o risco de Moçambique ser novamente palco dos eleitos das mudanças climáticas, se calhar mais severos que levaram a ocorrência dos ciclones IDAI e Kenneth que devastaram o país em 2019, entre os meses de março e abril, respectivamente, e as tempestades tropicais Chalane, Eloise e Guambe, em 2020, as autoridades governamentais usando o Estado, continuam a chancelar o derrube e pilhagem das florestas pelas empresas madeireiras, majoritariamente chinesas. O estudo de Catsossa (2019) mostra o avanço do corte desenfreado de madeira pelas empresas chinesas no Parque Nacional de Magoé, na província de Tete.

Este autor revela igualmente que algum tipo de madeira cortado pelas empresas madeirarias naquele ponto do país havia sido proibido pelo Estado. A "*Operação Tronco*", implementada pelo governo através do extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) para fiscalizar o corte de madeira no país, mesmo com as suas contradições, apenas veio revelar o escândalo que milhares de moçambicanos/as já denunciavam estar em curso no setor de florestas. Além de revelar o corte de maneira não autorizada pelo Estado, a "*Operação Tronco*", destapou o escândalo de corrupção que era encoberto pelas autoridades governantes com interesses no negócio de madeira.

A "*Operação Tronco*" revelou o envolvimento de altos funcionários do Estado, desde os ministérios até aos governos provinciais e distritais, ligados ao partido FRELIMO no negócio de madeira. Esta classe social chegou até a constituir suas próprias empresas para avançar com o próprio negócio no ramo de madeiras. Nalguns casos, tais funcionários/quadros do Estado, formavam *Joint venture* com os capitalistas chineses para a exploração da madeira. Para não se expor a opinião pública, as empresas ficavam na responsabilidade dos capitalistas chineses e estes altos funcionários/quadros do Estado

ficavam a comandar a parte burocrática dos locais onde a madeira era cortada até ao porto, sobretudo, da Beira.

**Figura 1. Corte de madeira no Parque Nacional de Magoé (à esquerda) e caminhões transportando tronco de madeira (à direita)**



**Fonte**: Acervo particular de Mavuto A. Catsossa (à esquerda) e pesquisa de campo (2019 à direita).

Mas, vale ressalvar que essa madeira é cortada e exportada pelas empresas madeireiras numa situação que milhares de crianças estudam sentadas no chão por falta de carteira nas escolas. A maior parte da riqueza gerada pela indústria madeireira, era apropriada pelas empresas chinesas e outra, ia para os bolsos de alguns dirigentes que exercem cargos públicos no Estado. As próprias comunidades locais, pouco se beneficiaram com o corte de madeira. Parte da madeira apreendida pelo Estado no âmbito da "*Operação Tronco*" foi utilizada para a produção de carteiras escolares, mas não foram capazes de responder a demanda.

A mineração é outra atividade que tem demanda a entrada de muitas multinacionais interessadas nos recursos naturais em Moçambique para abastecer o mercado global de *commodities*. As semelhanças de outros setores de atividades econômicas, as multinacionais ligadas à atividade mineira, têm-se beneficiado de extensas áreas de terras para a exploração de diversos recursos naturais. Em nome do "desenvolvimento", verifica-se a expropriação dos povos nativos em áreas de ocorrência dos recursos naturais em favor das multinacionais. Tal processo tem culminado com o deslocamento compulsivo de milhares de famílias camponesas.

Este deslocamento compulsivo das famílias camponesas das suas áreas de origem para os locais de reassentamento, tem contribuído para a destruição dos traços tradicionais seculares, transferidos das gerações mais velhas para as gerações mais novas. Os cemitérios e os lugares sagrados, usados pelos povos nativos como espaços de sacralização com os seus antepassados, são, igualmente, destruídos pelas mineradoras no âmbito da exploração dos recursos naturais. As campas onde *jazem* os seus *ente-queridos* são destruídas, e, às vezes, as ossadas são removidas sem nenhuma consulta popular.

Tal fato foi confirmado e reportada pelas populações afetadas pela mineração na província de Tete, sobretudo, em Cassoca, no distrito de Marara por onde opera a mineradora indiana – *Jindal África* e na vila de Moatize onde, igualmente, opera a mineradora brasileira *Vale Moçambique*. Essa destruição das tradições locais foi constatada também em Chibuto, na província de Gaza, onde opera a mineradora chinesa – *AFECC*. Essa foi constatada na província de Cabo Delgado, sobretudo, onde opera a mineradora *Montepuez Rubi Mining (MRM)*, em Ancuabe onde opera a mineradora *GK Ancuabe Graphite Mine, S.A*; em Balama onde opera a mineradora *Twigg Exploration & Mining Lda – Projeto Balama.*

Um cenário igual a este se verifica também em outros lugares do país, sobretudo, na província de Nampula (*cf.* SELEMANE, 2010; FREI, 2019). Para dizer que verifica-se o desrespeito pelas tradições africanas no processo de expansão do capital extrativo em áreas comunitárias em Moçambique. Trata-se, de uma violência simbólica, pois o avanço da mineração destrói a ligação entre os povos nativos com os seus antepassados.

É da terra e das florestas que os povos nativos mantêm a ligação com os seus antepassados. Tal ligação é interrompida quando as terras comunitárias passam a ser apropriadas e integradas a lógica do modo capitalista de produção, em que tudo se faz para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Em áreas de mineração, muitas famílias perderam os seus meios de subsistência familiar, e tal fato, contribuiu para a reprodução ampliada da miséria. Há casos em que as multinacionais colocam uma vedação em torno da área de concessão mineira, e isto, acontece depois destas se territorializarem em territórios comunitários.

Após implantarem a vedação, as multinacionais contratam uma segurança privada altamente equipada e armada para monitorar e controlar as "suas" propriedades. Desta forma, o capital multinacional implanta a sua ditadura, onde para além de desregulamentar o território, criar uma nova (des)ordem socioterritorial. Em Moçambique, tal desordem socioterritorial acontece sob chancela do Estado. Por via disto, os povos nativos são inibidos de usufruir outros recursos naturais aí existentes; em retirar lenha para uso doméstico, estacas para a construção das suas *palhotas*, plantas medicinas dentre outros recursos inerentes a sua reprodução social. Igualmente, os povos nativos são inibidos de abrir suas machambas (unidades de produção camponesa) e de pastar os seus gados. Esse aspecto desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista verifica-se na vila de Moatize, território tramado pela mineradora brasileira Vale Moçambique.

**Foto 1. Cerca implantada pela mineradora brasileira Vale Moçambique na vila de Moatize/Tete**



**Fonte**: Pesquisa de campo (2019) .

No caso de Moatize, é importa realçar que neste território tramado pela Vale Moçambique, verifica-se a degradação e banalização da condição humana dentre

outras tragédias socioambientais (*cf*. CATSOSSA, 2020a). Um fenómeno igual a este, verifica-se no distrito de Montepuez em Cano Delgado, onde opera a mineradora *Montepuez Ruby Mining Lda* (MRM). Nesta área, as famílias camponesas abriam as suas machambas, praticavam a caça, pastavam o gado, extraíam plantas medicinais, lenha para o uso doméstico, estacas para a construção de casas, mas, com a entrada da MRM, foram proibidas conforme ilustra a foto 2.

**Foto 2. Proibição de acesso às florestas as famílias camponesas nativas pela MRM em Montepuez/Cabo Delgado**




**Fonte**: pesquisa de campo (2017).

Os povos nativos pouco podem fazer para evitar o cercamento das áreas usadas por estes para vários fins. Cada tentativa, são respondidos com violência física e, nalgumas vezes, culmina em tragédia – morte por baleamento. O exemplo clássico desta barbárie, é o episódio macabro de Moatize quando as populações locais se revoltaram com a mineradora brasileira Vale Moçambique. Durante as revoltas, a polícia de República de Moçambique (PRM) disparou tiros verdadeiros como forma de dispersar os manifestantes e como

resultado disto, um cidadão que estava em sua casa foi atingida tendo perdido a vida momentos depois.

Tal violência se reproduz na província da Zambézia e no distrito de Montepuez, na província de Cabo Delgado, onde opera a *Montepuez Rubi Mining* (MRM). No caso de Montepuez, dezenas de garimpeiros que procuravam o minério de rubi, foram torturados pelas Forças Armadas de Defesas de Moçambique (FADM). Tal tortura dos garimpeiros pelos FADM simbolizava em grande medida, a reprodução das velhas práticas coloniais. Além de terem sido forçados a baterem palmas e a cantarem com cabeça encostadas no chão e de joelhos, estes garimpeiros foram igualmente, violentados com chamboco (o que no período colonial era palmatória, igual a um chicote).

Tal *barbárie* foi reportada pela mídia independente de muitos países do mundo. Igualmente, foi considerada como um atentado aos direitos humanos. Ainda em relação a violência em Montepuez, Castel-Branco (2017) faz saber que alguns garimpeiros encontrados a procurar rubi na área de concessão mineira da MRM foram enterrados vivos. Numa outra área pretendida pela mineradora *Megaruman Rubi*, os camponeses foram reprimidos e forçados a deixar de praticar atividade agrícola, sua base de subsistência familiar até que terminasse pesquisa e prospecção. Para dizer que em muitas áreas de mineração, a violência é estrutural.

As evidências locais permitem afirmar que as riquezas do sobsolo moçambicano estão sendo saqueadas e apropriadas privadamente por cima do sangue de alguns moçambicanos. Por causa desta violência, muitas vidas já foram sacrificadas em nome de um desenvolvimento duvidoso, mas que tem significado a reprodução ampliada do capital em escala global, cujos beneficiários são as corporações capitalistas estrangeiras e as elites políticas e econômicas nacionais. Na maioria das vezes, as famílias camponesas são reassentadas em locais distantes dos seus lugares de origem, às vezes, sem condições básicas para garantir a sua reprodução social. O dinheiro que muitas famílias recebem das multinacionais não tem sido suficiente para recomeçar a sua vida no novo "espaço social". A seguir a isto, as multinacionais constroem "novas" casas para as famílias camponesas afetadas diretamente pela atividade mineira, mas não garantem outros aspectos inerentes a reprodução social destas nos reassentamentos.

Grande parte das terras alocadas as famílias camponesas em jeito de compensação, tem sido improdutivas e tal situação tem contribuído para a insegurança alimentar e miséria nos reassentamentos. Em Moçambique, os recursos naturais transformaram-se em "maldição" para as populações que vivem em áreas da sua ocorrência, e a província de Cabo Delgado, é exemplo clássico disto. A existência dos recursos naturais, tanto minerais diversos com destaque para rubi, como também grandes reservas de gás e petróleo, geraram outro problema mais complexo para os "*cabo-delgadenses*". Mais tarde, viu-se a emergir um novo fenômeno, desta vez violento para o ser humano diretamente implicado, a *radicalização islâmica*, demandado por um grupo que se intitula pertencer ao "*Al Shabbab*", o qual tem protagonizado brutalidades e outras tragédias.

Desde o final de 2017 que este grupo iniciou com as suas incursões bárbaras, centenas de pessoas, civis e militares foram mortas, algumas delas, por decapitação. Além de ter deslocado milhares de pessoas, gerando uma situação de crise humanitária em Cabo Delgado, várias instituições do Estado e privadas, foram destruídas e queimadas. Vários estudos (*cf.* MANKENZI & FEIJÓ, 2019; HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2020: MACALANE & JAFAR, 2021) associam a *radicalização islâmica* em Cabo Delgado com a abundância dos recursos naturais e a miséria estrutural nesta província.

O setor da agricultura é outro que chama atenção no que tange a procura de terras por estrangeiros para a implantação de atividades produtivas. A presença do capital corporativo global para aquisição de terras em Moçambique para a produção de *commodities* para a exportação, começa a intensificar com a crise de preços de alimentos de 2007/8. Foi nessa altura que muitos governos e corporações capitalistas globais começaram a vasculhar a África, e Moçambique de forma particular com o interesse de adquirir terra para a implantação dos seus projetos. Moçambique acabou por se tornar um território fértil para o capitalismo corporativo global, e segundo Mosca (2915, p. 54) "no contexto africano, ocupa uma posição vantajosa, o que justifica ser o terceiro pais, após a Etiópia e o Sudão, na procura de terras em África".

Em Moçambique, há grupos sociais dentro do governo, na sua maioria tecnocratas, que são favoráveis a (re)colonização do país pela "agricultura moderna" feita em grande escala. A maior parte das terras tomadas por estas empresas, pertencem os camponeses locais, os quais foram simplesmente expropriados e expulsos para dar lugar a

"modernidade", gerando conflitos sociais, inclusive. É importante destacar que essas corporações agrícolas produzem o que não se come, o seja, aquilo não vai diretamente na mesa do cidadão, e, é por esta razão que a fome continua sendo um problema estrutural em Moçambique. Trata-se de corporações agrícolas que produzem eucaliptos, algodão, gergelim, cana-de-açúcar, soja e milho transgénico (para a produção de ração para alimentar as galinhas), gergelim, girassol, sisal, chá, macadâmias, algodão, etc.

## LUTAS ANTI-GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL NA ÁFRICA E SEUS MEANDROS EM MOÇAMBIQUE

> «*A luta pela liberdade dos povos africanos é ainda uma possibilidade […]. A causa ainda não está perdida […] é sempre uma utopia, uma aspiração demasiadamente humana. […]. A luta pela liberdade dos povos africanos é e continuará a ser o projeto de todos os povos africanos […]. Enquanto a história não for lugar de fechamentos a possibilidade de liberdade dos povos africanos ainda é possível*» (**CONRADO, 2020, s/p).**
>
> *«A libertação dos camponeses moçambicanos neste século XXI parece bastante complicada, mas é o mesmo desafio de procurar e cumprir os direitos de resistir ao que eles consideram inaceitável e determinar a sua vida, meios de subsistência e futuro como soberanos»* (**FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 70).**

Historicamente, os povos africanos foram expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica. A expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras que começa com a colonização europeia, além de destruir o seu "modo de vida" secular que vem sendo transmitido de geração em geração, levou também a emergência de fortes e violentos conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais ao nível do continente. Na contramão, os povos africanos contestaram com variadíssimas formas de lutas e resistências contra tais práticas. Nos últimos anos e baseando-se na *utopia da libertação*, os povos africanos têm procurado se impor perante a onda de apropriação e monopolização dos territórios, caracterizado pelo saque/roubo das riquezas do solo, do subsolo, das águas territoriais dentre outras tragédias socioambientais.

Com o avanço intensivo do capital extrativista no campo, verifica-se a emergência de protestos populares organizados ao nível do continente africano contra a investida neoliberal que vai no sentido de apropriar-se das riquezas africanas. Tais protestos

populares são cada vez mais recorrentes em muitos países africanos e, estes sujeitos em movimento têm questionado a forma violenta pelo qual o capital se expande em territórios comunitários. Esses sujeitos em movimento, têm lutado contra a privatização da terra, da água, das florestas por entenderem que são recursos naturais importantes para a reprodução social dos povos africanos residentes no campo. Em muitos países africanos, pelo fato dos governos nacionais não proverem melhores condições de vida as suas populações, estas últimas para não morreram à fome, passaram a procurar suas próprias estratégias de sobrevivência.

É na (e da) terra, na (e da) água e na (e da) floresta que conseguem obter a base para a sua reprodução social. Da terra, além de erguer as suas palhotas, os povos africanos produzem a sua alimentação; da água, além de usar para o consumo doméstico, praticam a atividade pesqueira; e das florestas, além de extraírem frutos silvestres, lenha, estacas para a construção de suas palhotas, plantas medicinais, etc., praticam a caça. Mas, com a entrada do capital em seus territórios, seja para o setor minério-energético, pesqueiro, agrário e de conservação da biodiversidade, os povos africanos têm sido inibidos de usufruir estes recursos naturais, e como resultado, em muitos países verifica-se a reprodução da miséria até ao extremo. No âmbito da expansão da capital, sobretudo, no setor minério, de florestas e agrário (agronegócio), verifica-se a devastação de enormes áreas de florestas nativas, cenário que vem contribuído para o desflorestamento, cujos impactos ambientais são cada vez mais elevados em muitos países africanos.

A expansão destas práticas tem ocasionado a destruição do "modo de vida" dos povos nativos, na medida em que, são forçados a saírem das suas terras para dar lugar a acumulação ampliada do capital. Ao serem tomados pelo capital, os seus territórios são destruídos. Em áreas de expansão do agronegócio, os povos nativos são forçados a seguir os padrões estrangeiros por meio do uso de "técnicas modernas" nos processos produtivos em detrimento dos seus saberes. Temendo a reprodução ampliada da *barbárie* e outras tragédias socioambientais até ao extremo, e vendo as suas pautas a serem ignoradas pelos seus governos, as organizações da sociedade civil de diferentes países do continente africano, decidiram juntar-se para formar uma frente que pudesse travar a batalha contra a investida neoliberal no campo.

Tal frente, passou também a articular internamente para influenciar na elaboração de políticas públicas cada vez mais inclusivas sob ponto de vista social e ambientalmente sustentável, numa clara contestação aos programas de matrizes neoliberais em expansão. Por sua vez, tal frente passou a questionar também a passividade dos governos africanos perante a onda de saque/roubo das riquezas naturais, que apenas tem beneficiado as corporações estrangeiras e uma minoria local, sobretudo, as elites políticas nacionais e seus parentes.

Trata-se, portanto, de uma frente que visa reverter o atual cenário de recolonização da África pelo discurso produtivistas e desenvolvimentista, mas que esconde suas contradições, ambivalências, conflitualidades, tensões dentre outras tragédias socioambientais. Foi neste quadro que nasce o *Movimento Pan-africanismo Hoje*, sendo que anualmente, tem organizado encontros para discutir o futuro de África perante a investida neoliberal que tem se apropriado privadamente dos recursos naturais e das terras, gerando desigualdades e contradições, inclusive. O *Movimento Pan-africanismo Hoje* foi fundado em Abril de 2016 com o objetivo de:

> [...] lutar pela construção de uma aliança anti-imperialista e anticapitalista baseada nos ideais pan-africanistas compostas por trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais progressistas entre outros atores dos movimentos sociais e ativistas (ADECRU, 2017, s/p).

Dito em outras palavras, o objetivo que levou a criação do *Movimento PanAfricanismo Hoje*, era de "discutir as lutas de classes e agendas imperiais e neoliberais impostas, as quais ao invés de promover o desenvolvimento, tendem a aumentar o fosso entre os riscos e os pobres, exploradores e explorados" (ADECRU, 2016, s/p). Ao criar-se este movimento, a ideia era "resgatar o Estado socialista onde tudo seria compartilhado por igual" (ADECRU, 2016, s/p) e não apenas servir interesse de pequenos grupos, sendo a maioria as corporações capitalistas e uma minoria local, sobretudo, as elites políticas nacionais, as quais detém o controle da máquina estatal.

Neste entendimento, o *Movimento Pan-Africanismo Hoje*, seria um espaço de diálogo, de debate de ideias comuns, de procura de alternativas de modelos de desenvolvimento, de fortalecimento dos sujeitos e de criação de novas estratégias de lutas e resistências coletivas contra o *neocolonialismo* na África. Cada organização da sociedade

civil apresenta neste fórum os principais problemas que apoquentam os povos do seu país e de forma conjunta são discutidos, numa tentativa de procurar soluções que visam defender e proteger os direitos das comunidades rurais e dos camponeses.

No contexto dessas lutas e resistências capitalistas, ao surgir em 2016, o *Movimento Panafricanismo Hoje* tinha em vista também "aprofundar o entendimento coletivo das complexidades do capitalismo globalizado e necessária resposta para a consolidação e fortalecimento da luta de classes a nível internacional" (ADRCRU, 2017, s/p). A segunda Conferência Internacional do Movimento Pan-africanista Hoje realizou a 2 de Julho de 2017, na Tunísia e juntou cerca de 200 participantes em representação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil de países como a Venezuela, Brasil, Argentina, Filipinas, Quénia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Cabo Verde, África do Sul, Lesotho, Burquina Faso, Senegal, Nigéria e Moçambique (*cf.* ADECRU, 2017).

Em 2018, na cidade de Winneba, em Gana realizouse a III Conferência Internacional do *Movimento Pan-africanismo Hoje* e juntou mais de 400 participantes entre ativistas dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e partidos políticos de diferentes países africanos. Este evento, subordinado ao lema *Unificando as lutas das massas contra o capitalismo e imperialismo*, contou com a presença dos povos dos países, como, por exemplo, Congo, África do Sul, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Marrocos, Tunísia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Madagáscar, S. Tomé e Príncipe, Egipto, Nepal, Canadá, Estados Unidos da América, Venezuela, Brasil, Índia, Colômbia, Equador, Trindade e Tobago, Ilhas Seychelles, Costa de Marfim e Moçambique (*cf.* ADECRU, 2018).

Como se pode ver, além do engajamento dos povos de diversos países africanos em combater o capitalismo e o imperialismo, nota-se também a solidariedade de povos de outros países, sobretudo, latino-americanos e asiáticos. Neste evento discutiu, por exemplo:

> […] questões ligadas às novas formas de lutas e resistências em África (massificação), lutas de sindicatos, dos camponeses e soberania alimentar, lutas feministas (combatendo estruturas patriarcas) e ideias (religião, educação e consciência de classe para o avanço do projeto pan-africanista) (ADECRU, 2018, s/p).

Nas suas lutas e resistências anti-capitalistas, estes sujeitos em movimento têm procurado defender a ideia segundo a qual os povos africanos precisam levar a sua vida como eles quiserem sem nenhuma interferência externa. Isso passa, por exemplo, pelas próprias comunidades rurais e os camponeses manterem toda a sua estrutura existencial, em que os seus valores, saberes e sabores são respeitados, valorizados, defendidos e protegidos. Comentando sobre as ações de lutas e resistência dos povos africanos contra a invasão dominação estrangeira que vem acontecendo no continente africano, Conrado (2020) afirma que:

> Muitas iniciativas estão em curso nas artes, na moda, na culinária, na literatura, na música, nas ciências naturais e sociais, na forma de viver […], cujo sentido último é contruir um continente onde os povos são livre de ser o que acham ser o melhor para si (CONRADO, 2020, s/p).

A luta e resistência para produzir um novo continente, onde os povos nativos são livres de ser o que quiserem, não tem sido simples, pois, na contramão, nota-se a emergência de práticas anti-democráricas, contra os grupos sociais que questionam e criticam a atual onda de apropriação, privatização e monopolização dos territórios e com eles, os recursos naturais. Em muitos países africanos verifica-se a perseguição, intimidação, ameaça, prisões, raptos, tortura, morte dentre outras formas de violência, visando calar a boca dos críticos.

Para Matsimbe (2017, p. 71) em muitos países africanos, "a intolerância dos partidos libertadores manifesta-se também através da instalação de uma cultura de medo, intimidação e silenciamento dos oponentes". Além de Angola, Costa de Marfim, Etiópia, Guiné, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zimbabwe, onde a violência contra às vozes críticas aos regimes predadores dos recursos naturais é estrutural, em Moçambique a situação é mais dramática. No caso moçambicano, criticar as "elites libertadoras da nação", saqueadoras dos recursos naturais, expropriadoras e exploradoras do povo, é, em si, um ato revolucionário, pois, é preciso ter coragem por conta do política do medo que foi criado. Para Matsimbe (2017):

> Moçambique é um dos países [africanos] em que o libertador [a FRELIMO] herdou um vazio em termos democráticos". No caso de Moçambique, o silenciamento de vozes contrárias vem desde a luta armada, em que muitos combatentes foram fuzilados ou desapareceram inexplicavelmente por expressar ideias contrárias às da liderança na luta.

> Depois da independência, pessoas com ideais diferentes foram mandadas para os campos de reeducação ou fuziladas (MATSIMBE, 2017, p. 71-72).

Isso mostra apenas que a herança colonial está cada vez mais presente em Moçambique, e não obstante, ao nível do continente africano. Conrado (2020, s/p) lembra que "a liberdade é sempre produto de longos processos de luta, de derramamento de sangue ou ainda de muita angústia existencial". Mesmo diante de situações adversas, os oprimidos mantém-se firmes, lutando e resistindo, questionando e criticando a *barbáries*, inclusive. No caso moçambicano, a sociedade civil tem participado ativamente nesta luta anti-globalização neoliberal ao nível do continente africano, mesmo sabendo que se encontram em situação de risco. A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), é uma das organizações sociais moçambicanas de defesa dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses mais envolvida na luta anti-globalizaão neoliberal e esteve quase presente em todos os eventos organizados pelo *Movimento Panafricanismo Hoje*, contestando ativa e abertamente a expansão do capital em territórios comunitátios em África, e de forma particular, em Moçambique.

A ADECRU tem lavado as suas pautas de lutas e resistências para o debate no *Movimento Pan-africanismo Hoje*, onde procura socializar com outros povos oprimidos. Por sua vez, a ADECRU tem estabelecido contato com os povos oprimidos da região da África Austral, sobretudo, da África do Sul e da Zâmbia, denunciando a apropriação e privatização da terra e dos recursos naturais, e também da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras pela mineração e o agronegócio dentre outras tragédias socioambientais. A Justiça Ambiental é outra organização que tem travado batalhas contra a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, o saque, pilhagem dos recursos naturais e expansão do agronegócio no campo moçambicano por considerar que estas práticas (neo)extrativistas tem altos custos socioambientais.

A Livaningo é outra organização que também contesta as práticas extractivistas no país, em uma luta acirrada pela defesa dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses, como também do meio ambiente. Nesta defesa pelos interesses dos camponeses e das comunidades rurais, destaca-se também o papel desempenhado pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e o Fórum Mulher, este último, o maior movimento feminista

moçambicano. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino do país, é dos que mais contesta o avanço das práticas (neo)extrativistas no campo, por entender que prejudicam a classe camponesa. E porque a expansão do capital extrativista no campo está a dar-se de forma violenta, de tal maneira que os sujeitos diretamente implicados não têm tido condições para preverem o seu futuro, a Liga dos Direitos Humanos, tem entrado em ação, denunciando várias atrocidades.

Estas organizações, de forma unida e com o apoio de povos de outros países do mundo, conseguem vencer batalhas importantes contra o neoliberalismo, mascarado pelo discurso produtivista e desenvolvimentista. O ProSAVANA, um programa agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio que estava sendo implementado no Corredor de Nacala, numa área aproximadamente de 14,5 milhões de hectares, fracassou de forma retumbante, e terminou em Junho de 2020, depois de quase uma década de protestos populares. Isso mostra que mesmo diante de situações adversas, unidos pela causa da libertação os povos africanos nesta primeira metade do século XXI, é possível obterem vitórias importantes contra o neoliberalismo, livrando-se de certas práticas nocivas não apenas ao seu "modo de vida", mas também ao meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A África está a sofrer profundas transformações na sua morfologia espacial decorrente da territorialização do capital monopolista de base extrativista. Nos territórios tramados pelo capital, emergem novas configurações, significações e novos usos, mas, estranhos aos povos nativos, na medida em que procuram destruir o seu "modo de vida" secular. Nestes territórios, verifica-se a emergência de novos *ajustes espaço-temporais*, típicas das relações capitalistas de produção. Trata-se, portanto, da espacialidade do capitalismo financeiro, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. O cenário no continente africano é muito complexo, e isto, deve-se pela multiplicidade dos atores envolvidos e dos interesses a sua volta.

Atualmente, o continente africano configura-se num território em disputa, pois, além dos capitalistas estrangeiros, as elites africanas no poder, mesmo aquelas que se

encontram aposentadas, estão também envolvidas no saque dos recursos naturais do solo, subsolo e das águas territoriais. As elites africanas, apropriando-se da "história de libertação", continuam a cooperar com o imperialismo global, açambarcando terras comunitárias, estabelecendo alianças para extrair a renda da terra. Nalguns casos, as elites africanas chegam a alterar a constituição dos seus países para perpetuarem no poder e por esta via, saquear as riquezas, mas sempre de mãos dadas com o imperialismo global.

Um caso clássico de alteração da constituição da república, visando permanecer no poder por muitos anos, aconteceu em Ruanda, onde o presidente Paul Kagame, permanecerá no poder até 2034. Em Moçambique, sempre pisca-se para uma alteração na constituição da república, nas nunca se materializou, pois, geraria tensões sociais no país. Tais tensões, primeiro emergiriam dentro do próprio partido FRELIMO, pois, nota-se a sua divisão em alas distintas que lutam pelo acesso ao poder e as riquezas, e segundo, os partidos da oposição e a sociedade civil contestariam tal ato.

As elites moçambicanas, pela ganância, sempre quiseram aumentar mais anos para permanecer no poder, primeiro aconteceu com Armando Guebuza, e segundo a os órgãos de comunicação social independentes, tal pretensão foi manifestada por alguma ala do atual Presidente da República, Filipe Nyusi durante a IV Sessão do Comité Central do partido FRELIMO.

As elites africanas fazem de tudo para extraírem a renda por a forma a garantir o seu enriquecimento, mesmo que isso custe sangue e vida do povo que lhes "elegeu". Quem ousar a questioná-las, criticá-las ou denunciá-las, é perseguido, ameaçado, intimidado, e em casos extremos, é violentado e preso, sendo que, às vezes, é acusado de crime contra a segurança do Estado, mesmo que a denúncia tenha sido direcionada para um dirigente que ocupa cargo público. Em muitos países africanos, são recorrentes as denúncias de perseguição, ameaça, intimidação, violência e prisões arbitrárias de ativistas dos direitos humanos, jornalistas, lideranças de partidos progressistas e militantes dos movimentos sociais.

Moçambique, Angola, Ghana, Ruanda, Zimbabwe e Senegal, Tanzânia, por exemplo, são alguns dos países onde os denunciantes e críticos aos regimes são perseguidos, ameaçados, intimidados, presos, às vezes, violentados. Nalgumas vezes, os críticos e os denunciantes, são forçados a abandonar os seus países em busca de asilo político noutros

contextos geográficos, sendo que mais tarde são perseguidos pelas suas elites com vista a silenciá-los.

Em áreas de ocorrência de recursos naturais, para mostrar o seu poderio, as elites africanas usam as forças policiais, aquelas que deveriam defender os interesses da "Nação" em seu favor e das empresas capitalistas. Nesses países, por exemplo, as elites africanas trabalham de mãos dada com milícia digital, a qual tem garantido a sua perpetuação no poder, saqueando/roubando riquezas. Essa milícia digital tem trabalhado no sentido de identificar, perseguir, ameaçar e intimidar aqueles que pensam diferente, sobretudo, quem ousa a questionar, criticar ou denunciar a barbárie perpetrada pelo capital multinacional e pelas elites africanas no poder.

Na maioria das vezes, essa milícia digital, tem fomentado o "ódio de classe" e outras formas de violência. Além de extrair renda a partir de fomentar o ódio de classes, perseguindo quem pensa diferente, as milícias digitais de diferentes países africanos têm ocupado cargos políticos nos governos, como compensação do trabalho por estes realizados. Significa que os pressupostos fundantes dos Estados democráticos têm sido violados pelas elites africanas por causa da sua ganância e apetência pelo poder e pela acumulação privada da riqueza. Os recursos naturais tornaram-se numa autêntica *maldição* para os povos africanos. Os estudiosos africanos têm alertado sobre a possibilidade da intensificação dos confrontos violentos e sangrentos, sendo que estes, seriam movidos pela disputa pelo controle da terra e dos recursos naturais.

Olhando pela forma violenta e turbulenta como os processos e as dinâmicas socioespaciais estão a ocorrer na África, é possível afirmar que até ao final do século XXI, milhares de vidas serão sacrificadas e muito sangue será derramado no processo de controle e saque dos recursos naturais em muitos países africanos. Por exemplo, além de serem expropriados e expulsos das suas terras pelas corporações capitalistas e por suas elites, em muitos países, as populações são forçadas a fugirem dos seus territórios por grupos terroristas que procuram impor uma nova (des)ordem socioterritorial. Em Moçambique, milhares moçambicanos, vivem essa "maldição" dos recursos naturais, e o exemplo clássico disto, é o cenário violento que acontece na província nortenha de Cabo Delgado, onde desde 2017, os *cabo-delgadenses* vêm sendo massacrados (mortos por decapitação) pelos terroristas que dizem pertencer ao grupo "*Al Shabbab*".

A violência em Cabo Delgado perpetrada por grupos terroristas, já atingiu a dimensão global, sendo que acções estão em curso para o seu combate, e há países, tanto dentro do continente africano, como também noutros continentes (Europa, América e Ásia) que se mostraram disponíveis para ajudar o governo moçambicano a "estancar" esse fenómeno violento. No contexto da expansão do capital extrativo, milhares de camponeses são expropriados e expulsos das suas terras para dar lugar a implementação de projetos de exploração dos recursos naturais e de produção de *commodities* agrícolas de interesse do mercado internacional. Na maioria das vezes, esse processo se dá por causa da conivência daqueles que antes lutaram contra tais práticas, neste caso, as elites nacionalistas moçambicanas, algumas no poder e outras em reforma, mas com forte influência sobre a máquina estatal.

A violência, degradação e banalização da condição humana dentre outras tragédias socioambientais em áreas de ocorrência de recursos naturais e de expansão do agronegócio, tornaram-se recorrente, e nalgumas vezes, acontece sob o olhar (das instituições) do Estado. Há caso em que, por exemplo, em vez de repor ordem e defender os interesses dos moçambicanos, o próprio Estado através dos seus agentes, aparece para dar "cobertura" as multinacionais, reprimindo e violentando os manifestantes através das forças policiais.

Mesmo diante de situações adversas, os povos africanos, e de Moçambique, de forma particular, na contramão, insurgem-se contra as práticas que colocam em causa a sua reprodução social. Baseando-se na *utopia da libertação,* estes sujeitos oprimidos têm-se unido de modo a entrar em cena, lutando e resistindo contra a investida neoliberal que continua invadindo os territórios comunitários, visando tramá-los e transformá-los em campos de extração de minérios e produção de *commodities*, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. Editora: Autonomia Literária; Elefante, São Paulo, 2016.

ADECRU. ADECRU **participa na conferência do movimento Pani-Africanismo Hoje na Tunísia**, *2017.* Disponível em: https://adecru.wordpress.com/2017/07/02/adecruparticipa-na-conferencia-do-movimento-pani-africanismo-hoje-na-tunisia. Acesso em: 25 de set. de 2020.

ADECRU. **ADECRU participa da III Conferência sobre Pani-Africanismo em Gana**. Disponível. https://adecru.wordpress.com/2018/09/21/adecru-partipava-na-terceiraconferencia-sobre-pani-africanismo-hoje-no-gana.Acesso em: 25 de set. de 2020.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant´Ana & BRUSTOLIN, Cindia. Projetos de desenvolvimentos locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil. In: RPOCS; ISSN:1983-4527, EDFUMA, v. 13, n. 26, p. 13-29, SL, 2026. BRITO, Luís. **A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional**. Editor: IESE,Maputo, 2019.

BRUNA, Natacha. **Ambiente como novo veículo de usurpação de recursos emMoçambique: enfoque nos reassentamentos**. In: DR n° 83. OMR, Maputo, 2020.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica de acumulação primitiva de capital em Moçambique. In:BRITO, Luís de *et al.* (Orgs). **Desafios para Moçambique 2017**. Editor: IESE, p. 257-302, Maputo, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Extrativismo, territórios comunitários e violência em areas de mineraçao em Moatize, Tete – Moçambique**. In: RIET, Ano 1, Vol. 1, N. 1, 2020a.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese [Doutorado em Geografia], UFGD, MS, 2020b.

CATSOSSA, Mavuto Atanásio. **Exploração Florestal na Zona Tampão do Parque Nacional deMágoè:** Estudo de Caso Localidade de Nhabando, Distrito de Cahora Bassa**.** Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental), UniPúnguè, Tete, 2019.

CONRADO, Régio. **A liberdade dos povos africanos é ainda uma liberdade**. In: Entrevista ao Pensar África – por Jessemusse Cacida. Maio de 2020. Disponível em: http://literatasmz.org/post-detail/5403#disqus_thread. Acesso: 22/08/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano.Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi &FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputas**, 1ª edição,Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008.

FUNADA-CLASSEN. **Ascensão e queda do ProSAVANA:** da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. In: OMR, n° 82, Maputo, 2019.

FREI, V. V. Marcelino. **Mega-projetos de mineração e o ônus do "desenvolvimento" nas comunidades locais na província de Nampula – Moçambique: o caso de Topuito**. In: Revista Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. V. 8, n2, p. 60-92. 2019.

HABIE, Saide; FORQUILHA, Salvador & PEREIRA, João. **Radicalização islâmica no norte de Cabo Delgado**. In: Carderno IESE nº. 17, Maputo, 2020.

HAESBAERT, Rogério & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des ordem mundial**. Editora: UNESP, São Paulo, 2006.

LENIN. Vladmir I. **Imperialismo:** o estágio superior do capitalismo. 1ª edição; Editora: Expressão popular, São Paulo, 2012.

MBEMBE, Achille. **África é a última fronteira do capitalismo**. In: Entrevista jornal Público. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/18/12/20/africa-e-a-ultimafronteira-do-capitalismo-ntrevista-a-achille-mbembe. Acesso em: 12 de jul. de 2020.

MACALANE, Geraldo Luís & JAFAR, Silvestre Jafar (Coord). **Ataques terroristasem Cabo Delgado (2017-2020):** as causas pelas bocas da população de Mocímboa da praia. Universidade Rovuma (UniRovuma) – Extensão de Cabo Delgado, Pemba, 2021.

MANDAMULE, Uacitissa. Tipologia de conflitos sobre a ocupação de terras em Moçambique. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). **Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique**. Editora: Escolar Editora, p. 201-238, Maputo, 2017.

MAQUENZI, Henry & FEIJÓ, João. **Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Moçambique**. In: Observador Rural nº 76, OMR, Maputo, 2019.

MARQUES, Rafael. **Diamante de sangue:** corrupção e tortura em Angola. 1ª edição, Lisboa, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Editora Biotempo, SP, 1998.

MATSIMBE, Zefanias. **Partidos libertadores na África Austral: reflexão sobre os desafos para Moçambique**. In: BRITOS, Luís (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 61-79, Maputo, 2017.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João (Coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

MOSCA& BRUNA, Natacha. **ProSAVANA***: Discursos, práticas e realidades*. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, Maputo, 2015.

MOSCA& SELEMANE, Tomás. **El Dourado Tete: os megaprojetos de mineração**. CIP, Maputo, 2011.

MUIANGA, C. **Dinâmicas atuais de aquisição de terras para investimento em Moçambique: Tendências, escalas, fatores, atores e questões para análises**. In: BRITO, Luís de *et al*. (Orgs). Desafios para Moçambique 2015. IESE, p. 201-221, Maputo, 2015.

MULHAÍSSE, Raimundo Alberto. **Sobreposição territorial: área de conservação total e terras comunitárias na Serra da Gorongosa em Moçambique**. In: Revista Geouerj - Dossiê: Olhares Geográficos sobre Moçambique, n. 37, p. 1-33, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Mundialização da agricultura brasileira**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *et al*., (Orgs). Território em conflito, terra e poder. Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia/GO, 2014.

SANDA, Raul. **Predadores da Frelimo arrasam recursos**. In: Savana. Edição nº. 1403, Ano XXVII, p. 2-4, Maputo, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal**.** 23ª Edição, Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones:** brutalidad y complejidad em la economía global. Tradução: Stella Mastrangelo. 1ª edición, Katz Editores, Madrid, 2015.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da Mineração em Moçambique** - Relatório de Monitoria das: Atividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga, 2010.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.